

1. Como pensam integrar, no âmbito dos poderes e competências da autarquia, as questões da educação intercultural e do combate ao racismo?

*As questões que se prendem com o princípio constitucional da igualdade e não discriminação são, em toda a política autárquica da CDU não só no Porto, como em todos os outros municípios, questões prioritárias quer no âmbito da tomada de medidas concretas, quer no âmbito da sua inclusão no âmbito de ofertas formativas e pedagógicas. Nestes termos, em todos os projectos da CDU que envolvam programas de acção e sensibilização social, a multiculturalidade estará necessariamente presente nos conteúdos, quer em sessões de esclarecimento, quer em gabinetes de apoio, quer nas publicações informativas e na possibilidade da sua divulgação em todos os edifícios do poder local ou a ele afectos (bibliotecas, juntas de freguesia, etc) bem como nas escolas, promovendo o debate e o esclarecimento sobre a igualdade, em geral e as questões da interculturalidade e combate ao racismo em particular.*

2. Tal como sucede um pouco por todo o país, também no Porto muitas ciganas e ciganos carecem ainda de acesso a saúde, habitação, emprego, bens e serviços fundamentais, o que prejudica a sua efectiva inclusão social. Neste contexto, que medidas propõem para combater a exclusão social a que estas comunidades são votadas e, em especial, como pensam implementar no Porto os objectivos da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas, aprovada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 25/2013, de 17/04/2013?

*O problema da habitação no Porto é um problema transversal a toda a população. A entrega à especulação imobiliária de edifícios centenários ou devolutos, aburguesando os bairros típicos da cidade e afastando os cidadãos da cidade é um dos resultados de décadas de políticas de alternância entre PSD e PS.*

*Pode ler-se no nosso Programa eleitoral intitulado Projecto da CDU para a cidade do Porto que «Propomos inverter a lógica da reabilitação urbana na cidade, tornando o movimento cooperativo como parceiro estratégico para a reabilitação urbana do Porto, com vista a aumentar a oferta de habitação com custos e rendas controladas e promover o mercado social de arrendamento, utilizando o património edificado e*

*terrenos da CMP, tendo como prioridade dar resposta às carências habitacionais das comunidades locais do centro histórico, o repovoamento e a reabilitação habitacional. Paralelamente, criar infra-estruturação ao nível de acessibilidades, equipamentos sociais, espaços verdes e espaços de usufruto público, dedicando um 1/3 do investimento público municipal para a reabilitação urbana da cidade.*

*Propomos reforçar o investimento na requalificação dos bairros sociais, reivindicando todos os meios públicos disponíveis e já comprometidos, garantindo que 50% do investimento público municipal é canalizado para esta área, priorizando a transformação dos bairros sociais existentes tendo em conta as necessidades do século XXI, garantindo a requalificação dos espaços envolventes, zonas verdes, estacionamento e acessibilidades viárias e pedonais e repondo os 1200 fogos de habitação social demolidos.*

*Propomos a revogação do actual Regulamento de Gestão do Parque Habitacional do Município, que limita o acesso à habitação social, possibilita transferências forçadas de moradores e promove os despejos. Precisamos de um novo regulamento que garanta não só os deveres, mas os direitos de quem vive ou procura habitação social e queremos que seja criada a figura do Provedor Municipal.*

*Propomos um plano tripartido para a requalificação e erradicação das ilhas de habitação, envolvendo a CMP, as Juntas de Freguesia e os senhorios privados;*

*Propomos suspender a operação imobiliária do Aleixo, para garantir que aí seja criado um bairro social de novo tipo, garantido aos actuais moradores e aos que foram realojados a sua permanência se assim o quiserem.*

*Propomos incentivar a fixação de população e empresas, investir e atrair investimento e reduzir a carga fiscal. Propomos reduzir de forma sustentável a taxa de IMI, da derrama e da participação do IRS. Propomos utilizar o IMI com vista a criar incentivos ao arrendamento e à penalização das casas devolutas.»*

*Naturalmente, a política habitacional deve ser inclusiva, evitando a guetização de comunidades, integrando-as plenamente no tecido urbano habitacional, com respeito*

*pelos seus hábitos e tradições, numa perspectiva de intercâmbio cultural, tratando todas as comunidades como cidadãos e cidadãs de plenos direitos no acesso a uma habitação condigna e que não os condene à exclusão social através de uma “geografia discriminatória”.*

3. Considerando o relatório sobre Portugal emitido em 2013 pela Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância, e as propostas dele constantes (cfr. <http://www.coe.int/t/dghl/monitoring/ecri/Country-by-country/Portugal/PRT-CbC-IV-2013-020-PRT.pdf>) como tencionam dar resposta às necessidades de formação e colocação efectiva de mediadores ciganos, para trabalhar nas mais diversas áreas, desde a segurança social, à saúde, habitação e educação?

*O acesso ao trabalho e ao emprego é hoje o maior problema de Portugal. Com uma taxa nacional de 16,4% de desemprego registado (que rondará os 21% em termos reais e na região Norte essa taxa é de 17,2%). O Porto é também um dos municípios com maior n.º de pessoas a receberem o rendimento social de inserção, logo, com maior índice de pobreza e exclusão social.*

*Nos últimos 4 anos, em cada dia, inscreveram-se 5 novos desempregados nos centros de emprego do Porto. O Porto viu também alargar, de forma mais acelerada que o resto país, a pobreza, a fome e as desigualdades sociais. Nesta medida, as políticas de apoio ao emprego e inserção social estão no topo das prioridades autárquicas da CDU, resultando dessa mesma prioridade a adopção, quando justificada, de políticas de discriminação positiva, que permitam reduzir os índices de desemprego e exclusão social nas camadas da população mais afectadas.*

4. A Câmara Municipal do Porto promove e participa na actividade de vários órgãos criados no município, para combater a pobreza e a exclusão social e promover a coesão e inclusão sociais, como é o caso do Conselho Local de Acção Social do Porto e do Conselho Municipal das Comunidades do Porto. Porém, é manifesto o desfasamento entre as comunidades existentes na cidade – imigrantes e minorias étnicas e religiosas – e a sua representação efectiva naqueles órgãos. Neste sentido, qual a vossa proposta

para alterar esta sub-representação e que projectos defendem para a dinamização destas entidades?

*A política social e a dinamização dos CLAS é também um eixo importante na política municipal da CDU. É fundamental uma maior articulação entre escolas, associações, IPSS, CPCJ e outras entidades que intervenham socialmente, para obter uma intervenção programática e devidamente delineada entre todas as entidades, ultrapassando os muitos mecanismos burocráticos existentes na tomada de acção concreta.*

*O CLAS deve reunir periodicamente, apresentar balanços e propostas estruturadas e estruturantes de acção concreta para a resolução dos problemas sociais sentidos na comunidade.*

*Pretendemos um Porto, como afirmamos no programa, que estabeleça parcerias estratégicas com as suas forças vivas em prol da cidade, com o movimento cooperativo, os agentes culturais, a Universidade do Porto e o Instituto Politécnico do Porto, o movimento associativo popular, os clubes desportivos, as associações sectoriais, patronais e sindicais e as IPSS.*

*Propomos rever de forma sustentável todas as taxas da CMP, no sentido da sua redução para as camadas da população em maior risco de fragilidade social, a criação do Conselho Económico e Social da Cidade e a extinção da Fundação Porto Social com passagem das competências respectivas para um novo Pelouro da Acção Social da CMP.*

5. Qual a vossa política para a fixação e inclusão das comunidades imigrantes na vida da cidade, nomeadamente no seu centro histórico, que tem sido o local de eleição para a residência e trabalho das mesmas?

*A CDU quer um Porto onde se preservem as comunidades locais, que recupere e repovoe o seu centro histórico, criando as condições e as acessibilidades para que aí se possa viver, estudar e trabalhar. Um Porto onde a reabilitação urbana contribua para potenciar um mercado social de arrendamento e a habitação com rendas a*

*custos controlados, apoiando a infraestruturização da cidade, em que se reforce o investimento público na reabilitação urbana, na requalificação dos bairros sociais e no aumento da oferta de habitação social.*

*Nesse sentido propomos:*

*– Inverter a lógica da reabilitação urbana na cidade, privilegiando pequenas intervenções e reforçando o investimento, em parceria com o movimento cooperativo, com vista a aumentar a oferta de habitação com custos e rendas controladas, utilizando o património edificado e terrenos da CMP;*

*– A modificação do capital social da Porto Vivo, SRU, para que CMP detenha o capital maioritário e alteração do modelo de gestão, com vista a promover o mercado social de arrendamento, tendo como prioridade dar resposta às carências habitacionais das comunidades locais do centro histórico, o repovoamento e a reabilitação habitacional, em paralelo com a infraestruturização ao nível de acessibilidades, transportes públicos, equipamentos sociais, espaços verdes e espaços de usufruto público;*

*– A atribuição de 30% do investimento público municipal para a reabilitação urbana da cidade e reivindicar níveis adequados de financiamento público central e comunitário;*

*– Utilização das denominadas «casas do património» da Câmara Municipal do Porto - CMP para responder às situações de carência habitacional e aos pedidos de habitação, nomeadamente no centro histórico, privilegiando o realojamento nestas áreas;*

*– Fazer regressar ao domínio municipal o património habitacional da Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto, a fim de providenciar habitação a custos e rendas controladas.*

6. Considerando que a cidade do Porto congrega um vasto tecido associativo - o qual tem funcionado, em muitos casos, com inúmeras dificuldades - que tipo de medidas de apoio defendem para que as associações possam desenvolver as respectivas actividades?

*Propomos estabelecer um pelouro com a responsabilidade expressa e directa do associativismo, onde haja uma ligação com os representantes do movimento associativo que se dirijam a CMP. Criar o programa «Associativismo Vivo, Porto Vivo», com um valor de 600 mil euros, ao qual as colectividades se podem candidatar a um apoio com a duração de um mandato por um serviço que prestam a sua comunidade local.*

*Propomos ainda criar um Pelouro da Cultura, com capacidade de programação própria, disponibilizado o Teatro Municipal Rivoli e o Teatro do Campo Alegre, em colaboração com os agentes culturais do Porto e das suas escolas de ensino artístico. Propomos criar um programa «Porto, Cidade da Cultura», de 1,5 milhões de euros e garantido no mínimo 1% do orçamento como investimento na cultura, com vista a apoiar a criação e divulgação artística. Propomos requalificar o quartel de S. Brás como a «Casa de todas culturas, todas artes», com vista a aqui se poderem sedear as mais diversas associações de cariz cultural, artístico ou domínio do cinema e do multimédia e respectivos técnicos, com vista a fomentar a criação artística e terem aqui um primeiro palco de experimentação.*

*A CDU quer Um Porto que estabeleça parcerias estratégicas com as suas forças vivas em prol da cidade, com o movimento cooperativo, os agentes culturais, o movimento associativo popular, os clubes desportivos, as associações sectoriais. Nesse sentido propomos:*

*– Com o movimento associativo popular, no sentido de promover a integração social e o acesso ao desporto, cultura e recreio. Criar um Pelouro com a responsabilidade do associativismo e do cooperativismo, que permita uma articulação directa com as instituições e os representantes do movimento associativo. Criar o programa «Associativismo Vivo, Porto Vivo», com uma dotação orçamental de 600 mil euros anuais, através do qual as colectividades se poderão candidatar a apoios com a duração de um mandato, como contrapartida de serviços que prestem às comunidades*

*locais. Utilizar o património edificado da CMP para dar resposta a situações em que associações perderam a sua sede ou esta não responde ao desenvolvimento cabal da sua atividade estatutária. Promover o associativismo, nomeadamente a criação de associações de moradores em bairros sociais;*

*– Com os clubes desportivos, com vista à promoção do desporto. Definir um plano estratégico, em colaboração com os clubes desportivos da cidade, com vista a avaliação dos equipamentos desportivos existentes e necessidades de investimento subjacentes e de racionalização da rede existente, de forma a melhorar a oferta e o acesso aos mesmos, com vista a promover a prática desportiva. Garantir um programa de investimento na requalificação de equipamentos desportivos, em troca de protocolos de acesso à prática desportiva de cidadãos carenciados ou com necessidades especiais, ou como contrapartida da promoção da prática de novas modalidades amadoras;*

*– Com as associações sectoriais, patronais e sindicais com o intuito de promover o desenvolvimento económico e social, promovendo a existência de um Conselho Económico e Social do Porto que permita a auscultação sistemática destas entidades e que reúna semestralmente.*

*– Com as associações de comerciantes, no sentido de protocolar medidas de incentivo ao comércio tradicional, nomeadamente na zona da Baixa, da Foz e do Centro Histórico, ao nível da utilização dos parques de estacionamento municipais, de isenção/redução de taxas municipais, da utilização de transportes públicos dedicados e a criação de formas de fidelização ao comércio tradicional da cidade;*

*– Com as associações de turismo, no contexto de uma política estratégica e integrada de turismo, no sentido de promover a marca Porto e sua internacionalização, reforçando os meios financeiros do Departamento Municipal de Turismo para esse efeito e tendo uma estratégia de captação de eventos nacionais e internacionais para a cidade;*

*– Com as associações ambientalistas e de proteção dos direitos dos animais, no sentido de dinamização de projetos de sinalização de áreas naturais e fauna existente,*

*reforçar sistemas de alerta de problemas ambientais e reforçar programas de educação ambiental, utilizando para o efeito os parques existentes na cidade, e garantindo uma reunião trimestral do Conselho Municipal do Ambiente;*

*– Com as associações de ação social e IPSS, no sentido de promover a resposta a situações de emergência social, nomeadamente do ponto de vista de centralização de resposta num Pelouro de Ação Social, contribuindo este como agente facilitador de licenciamentos e do uso do património edificado municipal;*

*– Com a APDL, no sentido de garantir a requalificação na frente ribeirinha e marítima da cidade, garantindo a segurança do seu usufruto e a disponibilização de um número de linguetas de atracagem capaz de dar resposta à procura de embarcações.*

7. Que outras questões são abordadas no vosso programa, não contempladas nas anteriores, para a promoção da igualdade e combate à discriminação?

*Apesar de já citado anteriormente, é importante reforçar a prioridade desta candidatura da CDU em lutar pela Revogação do Regulamento de Gestão do Parque Habitacional do Município, dado o exemplo que é de terrorismo social, que acentua a discriminação e promove a existência de condições precárias e insalubres de habitação.*

*O facto de este regulamento permitir por exemplo: a obrigatoriedade do agregado familiar candidato a habitação social municipal residir na cidade do Porto há mais de 7 anos; a proibição perpétua de atribuição de habitação social municipal aos agregados familiares em que algum dos seus membros tenha sido anteriormente despejado ou que tenha algum registo criminal ou suspeita de actividade ilícita; a sujeição do agregado a movimentações de habitação em habitação dentro do parque habitacional caso a Câmara Municipal o entenda; a possibilidade de proceder a despejos por um atraso de apenas 3 meses de renda e a falta de critérios transparentes para análise dos pedidos de atribuição de habitação municipal, bem como o valor do rendimento do qual um agregado deixa de ter direito a habitação, demonstra*



*claramente que é um atentado aos direitos humanos, à promoção da igualdade e é um promotor activo de discriminação.*

*Assim este passo será necessário e será seguido da criação de um Regulamento em que sejam garantidos os deveres e os direitos dos moradores e requerentes de habitação social, no sentido de garantir a transparência nos critérios de acesso à habitação social, nos prazos de resposta dos pedidos efetuados pelos moradores e um regime de rendas mais justo, possibilitando a fiscalização por parte da Assembleia Municipal (AM) e da Vereação.*

**Pedro Carvalho**

Candidato a Presidente da Câmara do Porto pela CDU